



PROJETO BÁSICO

LEI Nº 17.928, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

1. INTRODUÇÃO

1.1. Finalidade

O presente Projeto Básico tem por finalidade estabelecer os **REQUISITOS MÍNIMOS** e fixar condições a serem observadas para a contratação de empresa especializada para executar obras de construção civil, para atender à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (SEDUC-GO), descrevendo e disciplinando todos os procedimentos e critérios que estabelecerão o relacionamento técnico entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE.

1.2. Objeto

Contratação de empresa especializada em prestar Serviços de Construção Civil, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico e Financeiro.

Assunto: **REFORMA/AMPLIAÇÃO**

Unidade: **CE JANDIRA BRETAS QUINAN**

Endereço: **RUA SÃO VICENTE DE PAULA, Nº 244, CENTRO, VICENTINOPOLIS – GO.**

Município: **VICENTINOPOLIS – GO**

Coordenação Regional de Educação – CRE: **SILVANIA**

1.3. Justificativa

A presente contratação justifica-se devido à necessidade de haver um local nas escolas para realização de atividades esportivas, evitando assim que estas atividades sejam ministradas em pátios, estacionamentos e descampados. A prática esportiva nas escolas é essencial para o crescimento físico do indivíduo, sem falar na questão psicológica e social, já que o esporte no contexto educacional trabalha também conceitos como lealdade, a ética, a não discriminação e a competitividade respeitosa. Esta Quadra Coberta resolve também, a necessidade de espaços cobertos para reuniões e eventos na Unidade Escolar.

Ainda, alguns ambientes, como refeitório com cozinha, são essenciais para o pleno funcionamento da unidade escolar. Com todas as mudanças a serem realizadas, serão obtidas melhores condições de uso tanto para alunos como para os gestores da unidade, gerando mais conforto, melhor aprendizagem e melhores condições de trabalho.

1.4. A Obra

- O bloco de quadra coberta é um padrão SEDUC modelo 02 e possui uma área de 432,77m²;
- O bloco de refeitório com cozinha é um padrão Séc. XXI e possui uma área de 224,56m²;
- O bloco de passarela mod. 02 é um padrão FNDE e possui uma área de 20,16m² (4 unidades);
- O bloco de passarela mod. 01 é um padrão FNDE e possui uma área de 10,08m² (2 unidades);
- O bloco de passarela mod. 03 é um padrão FNDE e possui uma área de 30,24m² (1 unidade).



| TIPO DE OBRA | TIPO DE REGIME DE EXECUÇÃO ADOTADA |
|-------------------|------------------------------------|
| REFORMA/AMPLIAÇÃO | EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL |

2. DA DEFINIÇÃO DOS MÉTODOS

2.1. Definições e siglas

- 2.1.1. ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas;
CONTRATADA: é a pessoa jurídica signatária do contrato com a SEDUC-GO;
- 2.1.2. CONTRATANTE: Secretaria de Estado da Educação/Coordenação Regional de Educação.
- 2.1.3. LICITANTE: Pessoa física ou jurídica habilitada para participar do processo licitatório e ofertar lances;
- 2.1.4. NBR: Norma Brasileira Regulamentadora.
- 2.1.5. NR: Norma Regulamentadora.
- 2.1.6. SEDUC-GO: Secretaria de Estado da Educação de Goiás.
- 2.1.7. CNPJ: Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
- 2.1.8. CREA: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia.
- 2.1.9. CAU: Conselho de Arquitetura e Urbanismo.
- 2.1.10. ART: Anotação de Responsabilidade Técnica.
- 2.1.11. RRT: Registro de Responsabilidade Técnica.
- 2.1.12. TCE: Tribunal de Contas do Estado.
TCU: Tribunal de Contas da União.

2.2. Normas

Normativos a serem adotados:

- 2.2.1. NBR 7480/2007 – Aço destinado à Armaduras de Concreto Armado – Especificações;
- 2.2.2. NBR 6118:2007 - Projeto de estruturas de concreto – Procedimento;
- 2.2.3. NBR 11.682-2009 – Estabilidades de encostas (muro de arrimo);
- 2.2.4. NBR 5671/1990 – Participação dos Intervenientes em serviços de obras de Engenharia e Arquitetura;
- 2.2.5. NBR 5681/1980 – Controle Tecnológico da Execução de Aterros em obras de Edificações;
- 2.2.6. NBR 6489/1984 – Prova de Carga Direta sobre terreno de Fundação;
- 2.2.7. NBR 7678/1983 – Segurança em Obras;
- 2.2.8. NBR 12.654/1992 – Controle Tecnológico de Materiais Componentes do Concreto;
- 2.2.9. NBR 12.655/1996 – Concreto – Preparo, Controle e Recebimento;
- 2.2.10. NBR 5410:2004 Versão Corrigida: 2008 - Instalações elétricas de baixa tensão;
- 2.2.11. NBR 6151 - Proteção contra choques elétricos;
- 2.2.12. NBR 5419 - Proteção de estrutura contra descargas atmosféricas;
- 2.2.13. NBR 5626/1998 – Instalações de Água Fria;
- 2.2.14. NBR 10844/1989 – Instalações Prediais de águas Pluviais;
- 2.2.15. NBR 8160/1999 – Instalações Prediais de Esgoto Sanitário;



- 2.2.16.NR-10 c/c o art. 2º, II, "c", da Lei nº 19.145 de 29/12/2015;
2.2.17.ABNT NBR 9050/2015 – Acessibilidade às Edificações.

Obs.: Esta lista de normas não exaure a necessidade de observações de normas estaduais, municipais, trabalhistas, de segurança e outras envolvidas na realização do escopo deste Projeto Básico.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. A Empresa licitante deverá ter CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- 3.2. A Empresa licitante deverá ser habilitada perante a Contratante.
- 3.3. A Empresa licitante deverá apresentar certidão de registro no CREA e/ou CAU, bem como certidões de regularidades de pessoa física e jurídica do profissional responsável pela empresa e seus serviços.
- 3.4. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos no CREA e/ou CAU do Estado de Goiás, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato.
- 3.5. A licitante deverá comprovar, possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega dos documentos de habilitação, no mínimo 01 (um) engenheiro civil ou arquiteto e 01 (um) engenheiro eletricista, com experiência comprovada, ou outro devidamente reconhecido(s) pela entidade profissional competente, que seja(m) detentor (es) de atestado(s) de responsabilidades técnicas – ART junto ao CREA e/ou CAU por execução de obras/serviços de características semelhantes, limitados as parcelas de maior relevância.
- 3.6. A Empresa licitante deverá apresentar Certidão de Acervo Técnico (CAT) devidamente reconhecido pela entidade profissional competente, em nome do profissional responsável técnico pela empresa proponente, relacionada às características dos serviços limitados à parcela de maior relevância solicitada junto ao Edital.
- 3.7. As comprovações de vínculos entre os profissionais e a empresa licitante poderão ser comprovadas através de:
 - a) Relação empregatícia por carteira de trabalho e previdência social – CTPS: identificação de seu portador, página relativa ao seu contrato de trabalho ou livro de registro de empregado autenticado pela Delegacia Regional do Trabalho, ou;
 - b) Contrato de prestação de serviço de profissional autônomo, que esteja devidamente registrado junto ao CREA e/ou CAU, com atribuições compatíveis com a característica dos serviços a serem licitados, ou;
 - c) Sócios ou Diretores estatutários da empresa licitante, por meio de estatuto ou contrato social, que tenham o registro junto ao CREA e/ou CAU.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

A Empresa a ser contratada, deverá ter qualificação e entendimento para executar serviços de construção civil conforme descrição deste objeto, alinhando os seguintes serviços:

4.1. QUADRA COBERTA:



- Implantação de Quadra Coberta Padrão SEDUC - MODELO 02.
- 4.2. PASSARELA:**
 - Implantação de 05 Passarelas - Padrão FNDE - Modelo 02
 - Implantação de 02 Passarelas- Padrão FNDE - Modelo 01
 - Implantação de 01 Passarela - Padrão FNDE - Modelo 03
- 4.3. FORRO GERAL (Para execução de elétrico):**
 - Demolição de forro pvc com estrutura.
 - Execução de forro de gesso com estrutura.
- 4.4. CAIXA D'AGUA TAÇA:**
 - Implantação de Caixa água tipo taça 15000L
- 4.5. NIVELAMENTO DE PÁTIO COBERTO:**
 - Execução de aterro c/ apiloamento (h:30cm).
 - Executar lastro de concreto para piso.
 - Execução de piso granitina c/ raspagem e aplicação de resina.
- 4.6. REFORMA SANITÁRIO:**
 - Demolição de piso cerâmico.
 - Demolição de alvenaria.
 - Demolição de lavatórios de coluna.
 - Demolição vasos sanitários.
 - Demolição de portas.
 - Demolição de revestimento cerâmico.
 - Execução de piso Granitina c/ raspagem e aplicação de resina.
 - Executar lastro de concreto para piso.
 - Execução de alvenaria.
 - Instalação de vaso sanitário.
 - Instalação de chuveiro.
 - Execução de bancada de granito.
 - Instalação de cuba cerâmica.
 - Execução de revestimento cerâmico H: 2.00.
 - Execução de hidrossanitário.
 - Execução de estrutural conforme proj. específico.
- 4.7. COBERTURA ENTRADA DA ESCOLA:**
 - Execução de cobertura da entrada da escola
- 4.8. DEMOLIR QUADRA DESCOBERTA:**
 - Demolir piso de quadra
 - Demolir mureta de quadra
 - Demolir Postes de Iluminação
- 4.9. EXTENSÃO DE PASSARELA:**
 - Executar extensão de cobertura passarela
 - Executar extensão de piso de granitina com raspagem e resina.
- 4.10. REFEITÓRIO COM COZINHA:**
 - Implantação de Cozinha Padrão FNDE.
- 4.11. MURO:**



- Demolição de alvenaria.
- Execução de reboco e chapisco.
- Execução de portão padrão AGETOP mod. pt1
- 4.12. GÁS ENCANADO:**
 - Instalação de gás encanado.
- 4.13. ELÉTRICO GERAL:**
 - Execução de elétrico geral.
- 4.14. SANITÁRIO PCD E ÁREA COBERTA (DEPOSITO):**
 - Demolição de piso concreto desempenado.
 - Demolição de janela J1.
 - Demolição de alvenaria (mureta).
 - Demolição de cobogó.
 - Execução de Alvenaria
 - Execução de hidrossanitário.
 - Execução de janela padrão AGETOP mod. J4.
 - Execução de janela padrão AGETOP mod. J3.
 - Execução de porta padrão AGETOP mod. PF01.
 - Executar proj. elétrico.
 - Instalar vaso sanitário.
 - Instalar lavatório s/ coluna.
 - Instalação de barras de apoio.
 - Execução de revestimento cerâmico até o teto(banheiro).
 - Execução de forro de gesso com estrutura.
 - Executar lastro de concreto para piso.
 - Execução de piso granitina com raspagem e aplicação de resina.
 - Execução de rodapé em granitina com raspagem e aplicação de resina.
 - Execução de estrutural conforme proj. específico.
- 4.15. COBERTURA DE PÁTIO:**
 - Executar estrutural.
 - Executar cobertura cerâmica.
- 4.16. DEMOLIÇÃO:**
 - Demolir 01 janela(J6).
 - Demolir porta(P1)
 - Demolir parede de Drywall.
- 4.17. GUICHÊ ACESSIVEL:**
 - Demolir Janela(J1).
 - Demolir alvenaria.
 - Executar verga
 - Executar janela tipo guilhotina.
 - Executar balcão de granito.
- 4.18. RAMPA/ESCADA:**
 - Demolição de alvenaria.
 - Demolir piso concreto desempenado.



- Executar alvenaria (rampa e escada).
 - Executar aterro (rampa e escada).
 - Executar lastro de concreto para piso.
 - Executar piso granitina (rampa).
 - Executar piso concreto desempenado(escada).
- 4.19. CALÇADA:**
- Demolir Calçada em concreto desempenado
 - Executar lastro de concreto para piso.
 - Executar Calçada em concreto desempenado com rebaixo acessível.
- 4.20. DIVISÃO DE SALAS:**
- Demolição de alvenaria.
 - Executar alvenaria.
 - Executar porta padrão AGETOP mod. PF01.
 - Executar estrutural conforme proj. específico.
- 4.21. ACESSIBILIDADE:**
- Executar piso tátil.
 - Execução de corrimão.
 - Execução de guarda corpo com corrimão.
- 21.1 - Executar identificação tátil na entrada dos ambientes com números e/ou letras e/ou pictogramas e sinais com texto em relevo, incluindo braille.
- 21.2 - Executar mapa tátil.
- 21.3 - Executar placa tátil em braille de alumínio p/ corrimão na rampa da entrada.
- 21.4 - Executar dispositivos de alarme de emergência nos sanitários acessíveis a 40cm do piso próximo às bacias. (ver detalhe das vistas).
- OBS.: todo alarme ou componente que utiliza recursos elétricos deve estar de acordo com a ABNT NBR IEC 60529. em ambientes com instalações de água, como sanitários e cozinhas, o grau de proteção deve ser ip 66. para os demais ambientes o grau de proteção mínimo é ip 54. as instalações elétricas devem atender o disposto na ABNT NBR 5410. (ITEM 5.6.1.3 DA ABNT 9050/2020).
- 4.22. LABORATÓRIOS/MIDIA TECA:**
- Alvenaria para instalação de bancada.
 - Bancada de Granito.
 - Instalação de cubas de inox
 - Instalação de torneiras de metal.
 - Executar proj. hidrossanitário
- 4.23. PINTURA GERAL:**
- Executar pintura das paredes internas e externas c/ tinta acrílica cor terra cota.
 - Executar pintura do muro.
 - Executar pintura de grades.
 - Executar pintura das esquadrias.
 - Executar pintura do piso de concreto.
- 4.24. HIDROSSANITARIO:**
- Executar fossa séptica 8700L Padrão Seduce.



- Executar Sumidouro d= 160 Padrão Seduce.
- 4.25. COORDENAÇÃO:**
 - Demolição de alvenaria.
 - Demolição de porta P1.
 - Demolição de piso granitina.
 - Execução de piso granitina com raspagem e aplicação de resina.
 - Execução de rodapé em granitina com raspagem e aplicação de resina.
- 4.26. JARDIM:**
 - Executar lastro para piso.
 - Execução de piso concreto desempenado.
 - Plantio de árvore (oiti).
 - Plantio de grama esmeralda.
 - Instalação de bancos de concreto - padrão goinfra c-4.
- 4.27. RAMPA ENTRADA:**
 - Demolição de piso concreto desempenado.
 - Demolição de alvenaria.
 - Remoção de terra.
 - Execução de alvenaria (rampa e escada).
 - Executar lastro de concreto para piso (rampa,escada e calçada interna).
 - Execução de piso concreto desempenado (rampa,escada e calçada interna).
 - Execução de aterro (rampa e escada).
- 4.28. PORTÃO:**
 - Demolir portão P6 metálico.
 - Executar portão P10 padrão AGETOP PT-8. (SEGUIR MEDIDAS DO PROJ. DE ARQUITETURA).
- 4.29.** Providenciar caçambas para retirada de entulho, restos de materiais da obra e descarte de algum material não mais utilizável ao longo da execução dos serviços contratados.

5. DO VALOR DOS SERVIÇOS

| VALOR PROJETO BÁSICO: | | R\$ 2.585.943,17– DESONERADA | | | |
|------------------------------|---|-------------------------------------|---------------|------------------------|------------------------|
| ITEM | ESPECIFICAÇÕES DOS MATERIAIS OU SERVIÇOS | UNIDADE | QUANT. | PREÇO UNIT. R\$ | PREÇO TOTAL R\$ |
| 01 | Contratação de empresa de engenharia para execução de obra, conforme Projetos, Planilha Orçamentária, Memorial Descritivo e Cronograma Físico-financeiro, relacionados com os serviços discriminados: ITENS RELACIONADOS EM PLANILHA. SERVIÇOS PRELIMINARES ADMINISTRAÇÃO LOCAL QUADRA EM ARCO MODELO 02 SEDUC PASSARELA PADRÃO FNDE MODELO 2 PASSARELA PADRÃO FNDE MODELO 1 PASSARELA PADRÃO FNDE MODELO 3 | | | | |
| | | | 1 | | 6351,02 |
| | | | 1 | | 91401,25 |
| | | | 1 | | 354902,26 |
| | | | 1 | | 113229,27 |
| | | | 1 | | 24240,03 |
| | | | 1 | | 38642,25 |



| | | | |
|---|--|---|---------------------|
| FORRO GERAL | | 1 | 90574,68 |
| NIVELAMENTO DE PÁTIO COBERTO | | 1 | 13385,48 |
| REFORMA SANITÁRIO | | 1 | 31628,62 |
| COBERTURA ENTRADA DA ESCOLA | | 1 | 137115,41 |
| DEMOLIÇÃO QUADRA DESCOBERTA | | 1 | 11845,64 |
| PASSARELA EXTENSÃO | | 1 | 6104,38 |
| BLOCO D - PÁTIO/COZINHA/CENTRAL DE GÁS | | 1 | 499560,97 |
| MURO | | 1 | 39857,92 |
| IMPLANTAÇÃO DA CASA DE GÁS | | 1 | 650,45 |
| SANITÁRIO PDC | | 1 | 27702,41 |
| COBERTURA PÁTIO | | 1 | 110014,38 |
| DEMOLIÇÃO | | 1 | 220,65 |
| GUICHÊ ACESSIVEL | | 1 | 2915,12 |
| RAMPA / ESCADA | | 1 | 4414,83 |
| CALÇADA | | 1 | 64550,32 |
| DIVISÃO DE SALAS | | 1 | 7171,19 |
| ACESSIBILIDADE | | 1 | 62016,34 |
| LABORATÓRIO / MEDIATECA | | 1 | 53819,86 |
| PINTURA GERAL | | 1 | 96626,17 |
| COORDENAÇÃO | | 1 | 4933,69 |
| JARDIM | | 1 | 82413,59 |
| RAMPA ENTRADA | | 1 | 12911,82 |
| PORTÃO | | 1 | 7736,17 |
| INSTALAÇÕES ELETRICAS - GERAIS | | 1 | 231181,84 |
| SUBESTAÇÃO 112,5KVA - Instalações elétricas | | 1 | 51398,41 |
| SPDA | | 1 | 126959,71 |
| HIDROSANITÁRIO | | 1 | 131583,24 |
| COMBATE INCÊNDIO | | 1 | 5655,24 |
| DIVERSOS | | 1 | 42228,55 |
| TOTAL: | | | 2.585.943,17 |

| PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA: | | | | | |
|------------------------------|-----------------------------|----------------|---------|-----------------------------------|------------------------------------|
| | SERVIÇO / DESCRIÇÃO | UNIDA DE | QUAN T. | PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (50%) | PARCELA DE MAIOR RELEVÂNCIA (100%) |
| | - COBERTURA/ TELHA METÁLICA | m ² | 696,60 | 348,30 | |
| | - PISO GRANITINA | m ² | 610,71 | 305,36 | |
| | - SUBSTAÇÃO | KVA | 112,5 | | 112,50 |

6. DA ESCOLHA DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

Para a reforma e ampliação do COLÉGIO ESTADUAL JANDIRA BRETAS QUINAN, foram elaboradas as planilhas orçamentárias estimadas com as tabelas ONERADA e DESONERADA, como referência AGETOP e SINAPI. Após a execução das planilhas, verificou-se que a **DESONERADA é a mais vantajosa, conforme art. 3º da Lei Federal 8.666/93.**

7. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O não cumprimento total ou parcial das obrigações assumidas, na forma e prazos estabelecidos, inclusive referentes à saúde e segurança no trabalho, sujeitará a contratada às penalidades constantes



no art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assegurados os constitucionalíssimos do contraditório e da ampla defesa, ficando estipuladas as seguintes penalidades, além das demais previstas em norma pública (da qual não se pode alegar desconhecimento) e mencionadas no contrato:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação na forma da lei, perante a autoridade competente que aplicou a sanção.

- 7.1.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas;
- 7.2.** Pelo atraso injustificado na execução do objeto da licitação, sem prejuízo das demais sanções regulamentares previstas, o contratado estará sujeito à aplicação de multa de mora, obedecendo os seguintes limites máximos:

I – 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do contrato, em caso de descumprimento total da obrigação, inclusive no de recusa do adjudicatário em firmar o contrato, ou ainda na hipótese de negar-se a efetuar o reforço da caução, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua convocação;

II – 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprido;

III – 0,7% (sete décimos por cento) sobre o valor da parte do fornecimento ou serviço não realizado ou sobre a parte da etapa do cronograma físico de obras não cumprida, por dia subsequente ao trigésimo.

7.2.1. A multa a que se refere o item 7.2 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas em lei.

- 7.3.** A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Contratante;
- 7.4.** Os valores das multas de mora poderão ser descontados da Nota Fiscal, no momento do pagamento ou de créditos existentes na Contratante em relação à Contratada, na forma da lei, respeitados os princípios da ampla defesa e do contraditório;



- 7.5. As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Secretário de Estado de Educação devidamente justificado;
- 7.6. Pela inexecução total ou parcial do objeto da licitação, a depender da gravidade do ato praticado, a Administração poderá optar pela aplicação da pena de Advertência, nos termos do inciso I do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- 7.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no CADFOR, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais;
- 7.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93 poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II do mesmo artigo, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias úteis;
- 7.9. A sanção estabelecida no inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93 é de competência exclusiva do Secretário de Estado de Educação, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação;
- 7.10. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado á licitante vencedora o contraditório e a ampla defesa.

8. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 8.1. A garantia dos serviços será de 5 (cinco) anos, com início após o recebimento definitivo dos serviços. A garantia deverá cobrir todos os serviços que comprovarem defeitos ou problemas causados pela má execução dos mesmos;
- 8.2. Todos os serviços que compõem a descrição do objeto devem ser cobertos pela garantia da empresa CONTRATADA ou por Empresa autorizada da CONTRATADA.
- 8.3. Atender as solicitações para conserto e corrigir defeitos ou falhas apresentadas pelos serviços, em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos. Neste caso não acarretará ônus para a Contratante.
- 8.4. Todos os serviços devem estar em conformidade com a política de garantia do mesmo, não sendo permitida a integração de itens de terceiros que possam acarretar em perda parcial da garantia ou não realização da assistência técnica pelo próprio executor quando solicitada;

9. DO PRAZO DE ENTREGA

- 9.1. O contrato vigorará pelo prazo necessário à execução do objeto, vinculado ao Cronograma Físico-Financeiro, de forma que se inicia com a Ordem de Serviço, sendo que a paralisação formal da obra, determinada pela CONTRATANTE, suspende o prazo de execução, bem como o prazo de vigência contratual, que voltará a correr, pelo seu saldo remanescente, quando da retomada da obra.
- 9.2. A recusa do serviço por parte da CONTRATANTE em função de divergência com a proposta apresentada ou com os parâmetros definidos neste instrumento, não acarretará a suspensão do



prazo de entrega do objeto, ficando a CONTRATADA obrigada a sua reparação no prazo estabelecido, sem qualquer ônus para a Contratante.

10.DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

10.1. Concluída a obra, a contratada cientificará a contratante por meio de notificação entregue ao gestor do contrato mediante contra recibo, para a entrega e aceitação da obra.

10.2. O recebimento do objeto do presente contrato obedecerá ao disposto no art. 73, inciso I, “a” e “b”, Lei Federal n.º 8.666/93, e será procedido da seguinte forma:

10.2.1. Do Recebimento Provisório

- a) Em até 15 (quinze) dias consecutivos após o recebimento da notificação mencionada neste contrato, ou o término do prazo de execução contratual, o gestor do contrato efetuará vistoria da obra, para fins de recebimento provisório.
- b) Uma vez verificado o cumprimento de todas as condições contratuais, o gestor do contrato receberá a obra provisoriamente, lavrando o “Termo de Recebimento Provisório”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.
- c) Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições contratuais, o gestor do contrato lavrará relatório circunstanciado dirigido à autoridade contratante, que adotará as medidas cabíveis.
- d) Caberá à contratada, uma vez notificada, sanar as irregularidades apontadas no relatório circunstanciado, submetendo os itens impugnados à nova verificação, ficando sobrestado o pagamento até a execução das correções necessárias.
- e) O “Termo de Recebimento Provisório” deverá conter o documento conhecido como *as built*. Baseando-se no manual “*Obras Públicas: Recomendações Básicas para a Contratação e Fiscalização de Obras de Edificações Públicas*”, do Tribunal de Contas da União, ao final da construção da obra em questão, a SEDUC (por meio da Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras) deverá receber do CONTRATADO a documentação que retrate fielmente o que foi construído. Essa documentação é conhecida como *as built* – que significa “como construído” – e deve incluir todas as plantas, memoriais e especificações, com detalhes do que foi executado e quais insumos foram utilizados nessa execução. Ou seja, o contratado deverá entregar o *as built* da obra, a fim de subsidiar futuras intervenções a título de manutenção ou reformas. Os arquivos deverão ser entregues editáveis/originais (extensões: *.dwg*, *.docx*, *.xls*, entre outras) e não editáveis (extensões: *.pdf*, *.jpg*, entre outros) devidamente assinados pelos responsáveis.

10.2.2. Do Recebimento Definitivo

- a) Após o recebimento provisório, a “Comissão de Recebimento Definitivo” a ser estabelecida pela Contratante será encarregada de vistoriar a obra para verificar o cumprimento de todas as obrigações contratuais e técnicas e efetuar o recebimento definitivo em até 90 (noventa) dias corridos após o recebimento provisório da obra.



- b) No caso do cumprimento total e adequado aos termos do contrato, a Comissão receberá a obra definitivamente, lavrando o “Termo de Recebimento Definitivo”, que será assinado pelas partes e encaminhado à autoridade contratante.
- c) No caso da vistoria, constatar a ocorrência de vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do contrato, a comissão lavrará relatório de verificação circunstanciado, dirigido à autoridade contratante, no qual relatará o que houver constatado para corrigir ou refazer a obra, no todo ou em parte.

10.2.3. Das falhas e irregularidades apontadas

- a) A Contratante, à vista do relatório, deverá adotar uma das seguintes providências, independentemente da aplicação das sanções cabíveis:
- b) Notificar a contratada para sanar as irregularidades constatadas, no prazo a ser determinado na notificação, ao término do qual se deve proceder à nova vistoria;

10.3. Correrão por conta da contratada todas as despesas, incluindo todos os custos diretos e indiretos, tais como: impostos, transporte, despesas trabalhistas, previdenciárias, seguros, enfim todos os custos necessários à fiel execução do objeto desse termo.

11. DA FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

11.1. Fiscalização e Recomendações Operacionais

- 11.1.1. Considerando o disposto nos artigos nº 51 a 54, Seção III, Capítulo VIII, da Lei Estadual nº 17.928/2012, a fiscalização e gerenciamento do contrato serão realizados por gestor e comissão de fiscais designados por meio de portaria do Ordenador de Despesas.
- 11.1.2. Os fiscais e o gestor do contrato não terão nenhum poder de mando, de gerência ou de controle sobre os empregados designados pela CONTRATADA para a execução dos serviços, objeto do presente instrumento, cabendo-lhes no acompanhamento e na fiscalização do contrato, registrar as ocorrências relacionadas à sua execução, comunicando à CONTRATADA, através do seu representante, as providências necessárias a sua regularização, as quais deverão ser atendidas de imediato, salvo motivo de força maior.
- 11.1.3. A partir do início da obra, os Projetos, as ART's ou RRT's do responsável pela Obra e o Diário de Obra deverão permanecer no canteiro. O Diário de Obra é destinado a registrar as ocorrências, naturais ou não, relevantes para o andamento dos serviços, cujas anotações deverão ser realizadas diariamente.
 - a) São anotações obrigatórias no Diário de Obra as condições do tempo, a descrição dos equipamentos incluídos ou retirados no canteiro, a movimentação ocorrida no quadro Todas de pessoal, o resumo dos serviços realizados e as ocorrências disciplinares.
 - b) as anotações serão feitas pelo responsável técnico e/ou pela fiscalização.
 - c) A cópia do Diário de Obra fará parte integrante da Prestação de Contas.
- 11.1.4. Somente será efetuado o pagamento da parcela contratual, se atestada pela fiscalização. A comprovação do pagamento se dará por emissão de Nota Fiscal, que será preenchida com destaque do valor de retenção de 11% do valor da mão-de-obra para a Previdência Social



nas planilhas ONERADAS, ou, retenção de 3,5% para planilhas DESONERADAS, seguindo o que determina o Art. 7º, §6º, da Lei 12.546/2011.

- 11.1.5. A identificação da planilha de execução da obra (Onerada/Desonerada) poderá ser averiguada no Projeto Básico item 6. Caso a empresa comprove possuir benefícios de leis específicas para o recolhimento. Para efeito da retenção, o valor da mão-de-obra não será inferior a 50% do valor da fatura emitida pela CONTRATADA.
- 11.1.6. A possibilidade de **subcontratação parcial** do objeto licitado constitui decisão administrativa e/ou de cunho técnico. Por essa razão, pela natureza e as características do objeto a ser licitado, sempre que for julgado conveniente, devidamente justificado e aprovado pela CONTRATANTE, de acordo com o parecer da fiscalização, poderá a CONTRATADA, na execução do Contrato, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, **subcontratar até 30% (trinta por cento) do valor da obra correspondente à parcelas completas da obra**, respondendo, entretanto, a CONTRATADA, perante a CONTRATANTE, pela execução dos serviços subcontratados. O licitante deverá anexar aos autos o(s) contrato(s) com o(s) subcontratado(s). O(s) subcontratado(s) deverá(ão) manter regularidade fiscal e trabalhista. Os serviços passíveis de subcontratação são:
- Sondagem do Terreno;
 - Estrutura Metálica;
 - Estrutura Lajes (Pré – Moldadas);
 - Marcenaria;
 - Central de Gás;
 - SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas);
 - Esquadrias Metálicas;
 - Transporte de Entulho.
- 11.1.7. A Contratante poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas e legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho.
- 11.1.8. Em conformidade com o art.45 da Lei estadual nº 17.928/2012, bem como o art. 40, inciso XI da Lei nº 8.666/93, o critério a ser utilizado para efeito de reajustamento dos contratos, deverá ser a data da apresentação do orçamento a que a proposta se referir, pois reduz os problemas advindos de orçamentos desatualizados em virtude dos transcurso de vários meses entre a data base de estimativa de custos e da abertura das propostas. Para efeito de cálculo, considerar 4(quatro) casas após a vírgula, utilizando os índices do INCC.
- 11.1.9. Seguindo o exposto no *Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU* e exposto no *Acórdão nº 1977/2013 TCU*, esta Obra, objeto da licitação, não se enquadra no regime de preço unitário, visto que os projetos elaborados e devidamente documentados favorecem a quantificação com precisão dos serviços relacionados no orçamento do objeto em questão. Portanto, deve-se manter o regime de Empreitada por **PREÇO GLOBAL**.

11.2. Obrigações do Contratante

- 11.2.1. Relacionar-se com a CONTRATADA através de seu preposto ou de seu representante legal;



- 11.2.2. Verificar se a CONTRATADA executa o objeto em conformidade com sua proposta e com os parâmetros de qualidade e desempenho definidos neste instrumento e nos demais documentos que o integram;
- 11.2.3. Conferir e efetuar aceite ou recusa dos serviços entregues pela CONTRATADA, caso não estiverem de acordo com o combinado;
- 11.2.4. Sobrestar o pagamento da Nota Fiscal/Fatura sempre que houver obrigação contratual pendente de liquidação por parte da CONTRATADA, até a completa regularização;
- 11.2.5. A CONTRATANTE deverá efetuar o pagamento mediante emissão da nota fiscal, por parte da CONTRATADA, conforme contrato e a entrega dos serviços.

11.3. Obrigações da Contratada

- 11.3.1. A fiscalização exercida pela Contratante não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos (Art. 70 da Lei 8.666/93, com suas alterações);
- 11.3.2. A CONTRATADA deverá apresentar, mensalmente, ao fiscal da obra, o Diário de Obra e o Livro de Ordem, contendo o relatório informativo acerca dos serviços executados no respectivo período, documentos que deverão, necessariamente, instruir os autos.
- 11.3.3. Durante a execução do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar: Cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social (GFIP) vinculada à CEI, exceto quando houver dispensa pela Previdência Social, neste caso será vinculada ao CNPJ da CONTRATADA;
- 11.3.4. Para emissão da Ordem de Serviço, a CONTRATADA deverá apresentar:
 - a) Duas vias da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), de execução, com seu devido recolhimento perante os respectivos conselhos: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA-GO) e Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU-GO), sendo que uma via será anexada à Prestação de Contas e a outra será encaminhada à Gerência de Fiscalização e Acompanhamento de Obras da Superintendência de Infraestrutura da SEDUC;
 - b) Diário de Obras;
 - c) Cópia de matrícula no Cadastro Específico do INSS (CEI);
- 11.3.5. Por se tratar de contratação em regime de execução empreitada por preço global, não há possibilidade de formalização de termo aditivo visando eventuais acréscimos de serviço, salvo nos casos excepcionais e devidamente justificados, oriundos de alterações qualitativas e/ou quantitativas, que não configurem falha do órgão gestor na elaboração do projeto ou desconhecimento por parte da CONTRATADA do local onde os serviços serão realizados, nos termos do § 3º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, e nos limites fixados no §2º do referido artigo.
- 11.3.6. A contratação de empresas pela Contratante para serviços de REFORMAS, AMPLIAÇÕES E CONSTRUÇÕES deverá observar os requisitos contidos na Instrução Normativa nº007/2017-GAB-SEGPLAN, os quais constarão, obrigatoriamente, dos editais dos processos licitatórios e,



quando for o caso, de todos os tipos de documentos contratuais. É obrigação do(a) Fiscal da Obra ou do(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à SEDUC a exigência de:

I - Cópia atualizada do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) da empresa Contratada;

II - Cópias atualizadas dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os empregados da CONTRATADA, que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à Contratante;

III - Cópia do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), atualizado, de acordo com a Normas Regulamentadoras no 01 (NR-1), no 09 (NR-9), e no 18 (NR-18), expedidas pelo MTb, quando aplicável ao objeto do contrato;

IV - Cópia das Ordens de Serviço Individual e Específica (elétrica, trabalho em altura e espaço confinado, quando for o caso) de todos os empregados da contratada que irão trabalhar nas dependências da edificação jurisdicionada à Contratante;

V - Cópias dos comprovantes (certificados ou outros) da realização dos treinamentos de segurança em conformidade com as Normas Regulamentadoras do MTE para os trabalhadores que desenvolverem atividades de alto risco, tais como: eletricidade (NR -10 Básico), máquinas e equipamentos (NR -12), trabalho em altura (NR 35) e outros;

VI - Cópias das fichas de registro da entrega dos Equipamentos de Proteção Individual - EPI fornecidos aos empregados que irão trabalhar da edificação jurisdicionada à Contratante;

§ 1º Os documentos aos quais se referem os incisos deste artigo devem ser fornecidos, no ato da assinatura contratual, ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, que os encaminhará imediatamente ao:

a) SESMT Público (Serviço de Segurança e Saúde no Trabalho do Servidor Público), onde houver (Águas Lindas, Anápolis, Goianésia, Goiânia, Iporá, Itumbiara, Quirinópolis), para validação em 5 (cinco) dias;

b) Ou, onde não houver SESMT, os documentos deverão ser fornecidos ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, para regularização e fiscalização em atendimento das exigências das Normas Regulamentadoras do MTE – Ministério do Trabalho e Emprego;

c) As cópias dos documentos de segurança e saúde no trabalho deverão permanecer na obra à disposição da fiscalização.



11.3.7. Ainda considerando o estabelecido no Art. 5º da Instrução Normativa 07/2017-GAB/SEGPLAN, a empresa Contratada comprometer-se-á com os seguintes itens, conforme as exigências legais:

I - Formar sua Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) ou Designado de CIPA conforme determinações da NR-5 da Portaria 3.214/78;

II - Fornecer os Equipamentos de Proteção Individual (EPI's) específicos aos riscos em perfeito estado de conservação e funcionamento, bem como, treinamento de uso adequado, guarda e conservação e registro/controlar de entrega dos mesmos, sendo o uso obrigatório por parte dos empregados em áreas/ atividades de risco dentro do que determina a NR-6, da Portaria 3.214/78 do MTE;

III - Registrar a Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) na ocorrência de qualquer acidente com seus empregados nas dependências ou a serviço da edificação jurisdicionada à Contratante, bem como nos ocorridos nos trajetos;

IV - Treinar os seus empregados, em caso de identificação de riscos, após o início do contrato, para os quais os trabalhadores ainda não foram treinados, antes do início da execução das respectivas atividades, quanto aos riscos inerentes à função e quanto às medidas de controle existentes, em atendimento às Normas Regulamentadoras do MTE;

V - Responsabilizar-se pelo atendimento e encaminhamento do seu empregado acidentado;

VI - Providenciar as atualizações, anualmente ou sempre que necessárias, dos programas PGR (Programa de Gerenciamento de Riscos) e PCMSO para as atividades / serviços contratados;

VII - Providenciar a elaboração das documentações exigidas para os trabalhos/ atividades de alto risco, tais como: trabalho em altura (NR 35), eletricidade (NR-10 Básico e SEP quando aplicável) máquinas e equipamentos (NR 12) e outros, conforme as Normas Regulamentadoras do MTE.

11.3.8. É de responsabilidade da empresa contratada apresentar ao(à) Fiscal da Obra ou ao(à) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante, cópias dos documentos mencionados neste Projeto Básico, em conformidade com a Instrução Normativa nº 007/2017-GAB/SEGPLAN, a contar da data do início das atividades.

11.3.9. O(a) Fiscal da Obra ou o(a) Servidor(a) Público(a) Responsável pela edificação jurisdicionada à Contratante poderá, a qualquer tempo, fiscalizar a empresa contratada, quanto ao cumprimento das cláusulas contratuais e da legislação vigente sobre saúde e segurança no trabalho;

11.3.10. O descumprimento, a qualquer tempo, das cláusulas contratuais ou da legislação referente à saúde e segurança no trabalho, implicará na aplicação de advertência, multa e rescisão contratual, em caso de reincidência ou resistência, respondendo por omissão quanto à falta por não cumprir



com as exigências de Segurança e Saúde do Trabalho de acordo com a Normas Regulamentadoras do MTE, com adoção das penalidades contratuais, especialmente caso ocorra acidente de trabalho.


Obs.: Para esclarecimentos de eventuais dúvidas a respeito deste, a empresa deverá entrar em contato com a Superintendência de Infraestrutura da Secretaria de Estado da Educação de Goiás, localizada na Av. Anhanguera, , nº 1630 – Setor Leste Vila Nova – CEP: 74.643-010 – Goiânia – Goiás - FONE: (62) 3201-3067 / 3201-3046 / 3201-3148 / 3201-3149 / 3201-3131.

Atenção:

Os arquivos contendo os projetos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e memorial descritivo estão disponíveis no site: www.educacao.go.gov.br .

Superintendência de Infraestrutura, em Goiânia, aos 03 dias do mês de janeiro de 2023.

De acordo:



Jéssica Alves Bueno Sousa
Gerente de Projetos e Infraestrutura
Engenheira Civil – CREA nº 29288/V
Decreto 25/05/21 D.O. nº 7.587

Jéssica Alves Bueno Sousa
Engenheira Civil – CREA nº 29288/V
Gerente de Projetos e Infraestrutura
Decreto 25/05/21 D.O nº 7.587



Gustavo de Moraes Veiga Jardim
Superintendente de Infraestrutura
Secretaria de Educação do Estado de Goiás
Decreto 07/02/22 – D.O. nº 23.734

Gustavo De Moraes Veiga Jardim
Superintendente De Infraestrutura
Decreto 07/02/22 D.O nº 23.734

